

Pacto Amazônico finalmente começa a sair do papel

Sérgio Adeodato

QUITO, Equador — Doze anos depois de assinarem o Tratado de Cooperação Amazônica, também conhecido como Pacto Amazônico, os oito países da região decidiram colocar em prática essa união e começam a tirar do papel estratégias e projetos conjuntos para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Pressionados pela repercussão mundial de seus problemas ambientais, os ministros das Relações Exteriores desses países estão preparando um documento que expressa uma posição política conjunta sobre proteção da camada de ozônio, mudança do clima global, preservação da biodiversidade do planeta e o processo de preparação da Eco 92, a conferência de meio ambiente da ONU, em 1992, no Rio.

O Tratado de Cooperação Amazônica prevê a execução de 150 projetos que vão da promoção ao turismo até o desenvolvimento da vacina contra a malária, reunindo 20 instituições de pesquisa regionais e 46 universidades pertencentes à União das Universidades Amazônicas, coordenada pela Universidade do Estado do Pará. Mas o único projeto em andamento é o de botânica, coordenado pelo Instituto de Pesquisas da Amazônia (Inpa) com a intenção de catalogar as plantas amazônicas de interesse comercial e estimular o intercâmbio entre os vários herbários da região através de rede de computadores.

“O problema não é a falta de verba, mas as dificuldades de infra-estrutura de pesquisa na maioria dos países amazônicos e a inexistência de projetos eficientes”, explica o secretário do Pacto, Luiz Carrera de la Torre. Organismos internacionais já colocaram à disposição do Tratado cerca de US\$ 30 milhões, mas até o momento apenas 2 milhões foram efetivamente absorvidos. Até o final deste ano, o Banco Interamericano de Desenvolvimento deve aprovar o financiamento de US\$ 1,1 milhão para a criação do Sistema de Informação da Amazônia, para possibilitar o intercâmbio de dados por computadores. Há também o projeto de elaboração do livro *O que é a Amazônia*, que será distribuído mundialmente.

Entre os projetos na área de saúde, um dos destaques é o apoio à pesquisa da vacina contra a malária. “Na reunião dos ministros das Relações Exteriores dos países amazônicos, em março, na Bolívia, será definida a melhor maneira de tornar acessível a toda a região a vacina que está sendo testada pelo colombiano Manuel Patarroyo”, informa o Carrera de la Torre,

ao contar que o governo da Alemanha já se interessou em financiar esse projeto.

O Brasil é o coordenador do projeto de zoneamento ecológico-econômico e de monitoramento das alterações do uso da terra, com o objetivo de criar metodologias que ajudem os outros países da região a planejar a exploração racional da floresta. A Venezuela ficou com a articulação dos estudos dos sete países sobre a biodiversidade, o Peru com os recursos hídricos, o Equador com o aproveitamento dos recursos florestais e a Colômbia ficou responsável pelo planejamento e manejo de unidades de conservação.

Há ainda oito programas para o estudo de assuntos indígenas e oito para o desenvolvimento dos transportes na região amazônica, prevendo a construção de novas estradas. Outros oito programas têm o objetivo de promover o turismo, através da pesquisa de mercado, formação de profissionais, compatibilização da legislação turística vigente nos sete países do Tratado e avaliação sobre o impacto ambiental dessas atividades de lazer. O programa de agricultura prevê a transferência de tecnologia para que a região supere racionalmente os fatores limitantes de sua produção agropecuária.

“Nossos países — e não as nações do Primeiro Mundo — são os que devem dizer como preservar a Amazônia”, afirma o engenheiro Luiz Carrera de la Torre, secretário do Tratado, hoje sediado em Quito, Equador. “O problema é que para isso precisamos de tecnologia. Conhecemos muito pouco a região e frequentemente são os países que dominam a tecnologia os que dizem o que devemos fazer. Precisamos ter cuidado com o interesse egoísta do mundo desenvolvido, que prega a preservação da Amazônia porque tem interesses na região”. A união será a arma dos países amazônicos na batalha diplomática que se travará na Eco 92.

Para Carrera de la Torre, a posição diplomática brasileira é o desenvolvimento econômico da região. “O Brasil está adotando uma política muito eficiente: em suas viagens ao exterior, o secretário nacional de Meio Ambiente, José Lutzenberger, demonstra aos governos e aos poderosos grupos ambientalistas uma posição cautelosa, mais preservacionista que desenvolvimentista. E como se fosse uma máscara para a real política de meio ambiente brasileira, que está sendo articulada pelo Ministério das Relações Exteriores e que tem uma filosofia mais desenvolvimentista, defendendo a importância do desenvolvimento racional da Amazônia”, analisa o secretário.

FONTE : _____

CLASS. : 78

DATA : _____

PG. : _____

Uma política para a região

BRASÍLIA — A Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema) apresentou ontem aos integrantes de uma missão da Comunidade Econômica Européia (CEE) a versão preliminar do Programa Piloto para a Região Amazônica. Na reunião, realizada no Ministério das Relações Exteriores, foram discutidas as prioridades para uma outra apresentação, no encontro tripartite (CEE, Banco Mundial e governo brasileiro) que será realizada na próxima semana em Washington.

Os projetos definidos nesse primeiro encontro envolvem o zoneamento econômico-ecológico, o garimpo, as comunidades indígenas e urbanas da região e as reservas extrativistas. A proposta está sujeita a alterações e emendas — a versão final será definida no encontro em Washington.

O programa é uma resposta do governo brasileiro à oferta de apoio feita pelos sete países mais ricos, durante a reunião de cúpula do Grupo dos Sete, em junho, em Houston (EUA). Na ocasião, os países-ricos se comprometeram a colaborar com o Brasil na proteção da Floresta Amazônica. A iniciativa do apoio veio do chanceler alemão Helmut Kohl. Segundo essa declaração, o Bird e o CEE deverão apresentar na reunião de cúpula de 91 um programa para o manejo e uso da Amazônia.

O programa foi elaborado pela comissão interministerial criada pelo governo em outubro, com técnicos da Secretaria de Meio Ambiente, do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Economia e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).